



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2013
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	Estratégias periféricas depois da crise financeira global: o Brasil no "novo normal"
<b>Autor</b>	PEDRO PERFEITO DA SILVA
<b>Orientador</b>	ANDRE MOREIRA CUNHA

A crise financeira global de 2008-2009 provocou a primeira contração da renda mundial desde a Segunda Grande Guerra. Todavia, seus efeitos não foram uniformes. Economias emergentes experimentaram impactos mais tênues recuperando suas trajetórias de crescimento. Isso, somado às transformações estruturais anteriores, sugere um “novo normal” nos anos pós-crise.

A pesquisa busca analisar, a partir de revisão bibliográfica e análise de dados, o posicionamento brasileiro neste novo cenário. Trabalha-se com a hipótese de que as tendências prévias de adoção de “estratégias defensivas” e de busca de arranjos regionais de cooperação, comerciais e financeiras, serão mantidas, junto aos desafios estruturais da globalização. Assim, o Brasil pós-crise pode tanto retomar o desenvolvimento a partir do impulso adquirido com a resposta adequada à crise, quanto enveredar por um caminho de reprimarização da economia, aumento da vulnerabilidade externa e dependência frente à ascensão chinesa.

Posto isso, é preciso retomar o componente estrutural da crise de 2008-2009 por meio de contribuições como a tipologia das mudanças no sistema internacional de Gilpin (1981), os ciclos econômicos resultantes de revoluções tecnológicas de Perez (2002; 2009; 2012) e os ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi (1996). Igualmente, ressalta-se que a expansão da globalização financeira ensejou um aumento da hegemonia do capital financeiro sobre o sistema produtivo (Berge; 2012), deterioração da regulamentação e instabilidade econômica global (Krugman; 1999), expansão e volatilidade crescente dos fluxos internacionais de capitais (Cunha e Prates, 2012), aprofundamento do déficit e da dívida familiar estadunidense (Wray; 2012) e aumento do perigo deflacionário a partir de políticas defensivas (Bibow; 2010). Tais características reforçam a compreensão inerentemente instável que autores como Kindelberger (2005) e Minsky (1992) fazem do capitalismo.

Junto a tais considerações, é preciso sintetizar a evolução da economia brasileira desde a crise do Estado Desenvolvimentista e do advento do neoliberalismo a partir de Carneiro (2007; 2010), Palma (2012), Bacha e Bonelli (2012), Cervo (2008), Cardoso (1999) e Castro (2001) para, então, analisar sua resposta à crise financeira global por meio de uma política fiscal expansiva, do fortalecimento das instituições financeiras públicas e de uma política monetária flexível (Cunha, Ferrari e Prates; 2012). Sublinha-se que tais medidas foram possibilitadas por fatores como: i) países centrais como origem da crise, ii) mudança na natureza da reação dos países desenvolvidos e dos organismos internacionais frente a crises prévias (legitimidade de políticas contra-cíclicas frente aos anteriores ajustes pró-cíclicos voltados para recuperação da credibilidade internacional), e iii) aumento dos fluxos de capitais centro-emergentes devido a política monetária expansiva dos países centrais e de indicadores macroeconômicos sólidos nos emergentes.

Portanto, a situação brasileira atual permite que se avance para um novo pacto desenvolvimentista (Bichara, Cunha e Fonseca; 2012), articulando o amplo mercado de consumo de massa, encadeamentos industriais a partir dos recursos naturais e investimentos em infraestrutura em um novo ciclo virtuoso (Bielschowsky; 2012); por outro lado, não é possível desconsiderar os riscos de reprimarização da economia reforçados pela ascensão chinesa (Canuto et al; 2013), bem como os desequilíbrios advindos da entrada de capitais com objetivo especulativo (Cunha e Prates; 2012).